

Pesquisa de Satisfação mostra que 81% das pessoas assistidas aprovam serviços da Defensoria Pública de Minas

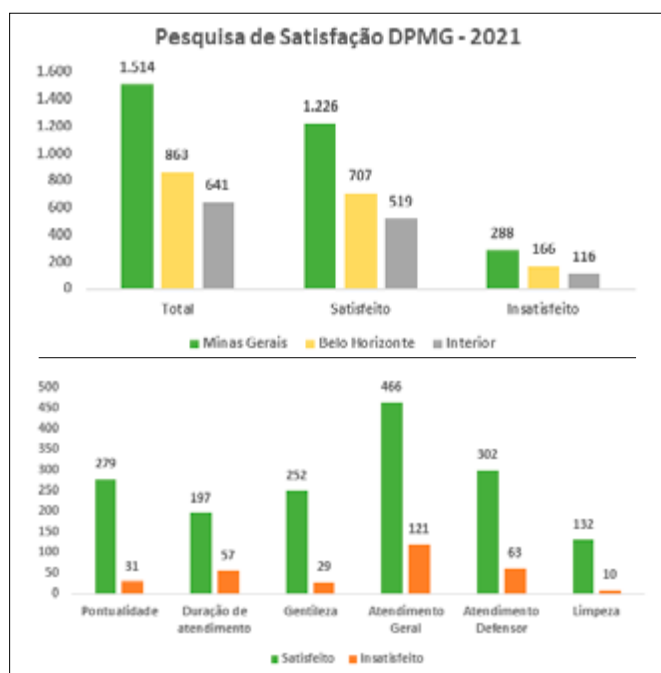
A Corregedoria-Geral da Defensoria Pública de Minas Gerais divulgou na quinta-feira (20/1) o balanço da Pesquisa de Satisfação durante o ano de 2021. Foi registrada a manifestação de 1.514 assistidas e assistidos, sendo que 81% daquelas (es) que usaram os serviços da Instituição (1.226 pessoas) se mostraram satisfeitas (os).

Os dados se referem ao período entre 8 de julho (data em que a Pesquisa de Satisfação foi lançada e disponibilizada ao público) e 31 de dezembro do ano passado. A Pesquisa pode ser acessada pelo portal defensoria.mg.def.br.

Em Belo Horizonte, 863 pessoas responderam à pesquisa. Destas, 707 demonstraram satisfação com os serviços prestados, enquanto 166 se mostraram insatisfeitos. Além disso, dentre os resultados coletados nas demais comarcas do interior de Minas onde a DPMG atua, de 641 respostas coletadas, 519 manifestações foram positivas.

Dentre os pontos de destaque da pesquisa evidenciam-se satisfação no atendimento geral, atendimento do (a) defensor (a), pontualidade e gentileza como os principais números de satisfação.

Segundo a Corregedoria-Geral, essa avaliação é um importante instrumento de mapeamento da prestação dos serviços defensoriais, que tem como objetivo avaliar o grau de satisfação das cidadãs e cidadãos com a Defensoria Pública de Minas Gerais. Além disso, a análise dos resultados se torna de grande valia para que procedimentos que gerem insatisfação sejam detectados e revistos, permitindo o aprimoramento do atendimento.



Defensoria de Minas e outras instituições de Justiça pleiteiam ações em áreas atingidas pelas cheias dos rios com rejeitos oriundos dos desastres em Mariana e Brumadinho

PÁGINA 3

BALANÇOS

Em 2021, segunda instância e tribunais superiores no Direito Público Cível da DPMG movimentaram 16,4 mil processos

PÁGINA 2

Escola Superior fecha 2021 com quase 20 mil pessoas capacitadas

PÁGINA 5

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque PÁGINAS 2, 3 e 4
- > **Justiça acolhe pedido da DPMG e suspende demolição no Beco dos Fagundes, em Betim** PÁG. 4
- > Publicação PÁGINA 2
- > Vídeos educativos PÁGINA 4
- > Escola Superior | Capacitação PÁGINA 5
- > Procedimentos e comunicados internos PÁGINAS 6 e 7

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública fecha 2021 movimentando 16,4 mil processos na segunda instância e tribunais superiores no Direito Público Cível

A Defensoria Especializada de Segunda Instância e Tribunais Superiores Cível – Direito Público (Desits Cível-Público) encerrou 2021 movimentando 16.454 processos. Deste total, foram distribuídos 12.774 de forma eletrônica e 3.680 processos físicos, representando 22%

TABELA 01 - DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE PROCESSOS ELETRÔNICOS E FÍSICOS NA DESITS CÍVEL PÚBLICO - JANEIRO 2021

MÊS	JPE	FÍSICOS	TOTAL
Janeiro	663	196	859
Fevereiro	967	338	1295
Março	1373	277	1650
Abril	1437	168	1535
Mai	1134	288	1422
Junho	1083	203	1286
Julho	1536	266	1802
Agosto	1256	200	1456
Setembro	972	189	1161
Outubro	1224	115	1339
Novembro	1149	358	1507
Dezembro	0	1142	1142
TOTAL	12774	3680	16454

FONTE: PLANILHA DE CONTROLE DO CARTÓRIO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

dos feitos ainda a serem digitalizados. O total indica um crescimento de 18,88% em relação a 2020, quando foram realizadas 13.346 movimentações processuais.

A Desits Cível-Público acompanha processos, tanto do interior de Minas Gerais quanto da Capital, que envolvam demandas individuais ou coletivas e que são objeto de recurso. Além do atendimento e orientação à assistida e ao assistido, participam de sessões de conciliação e julgamento, elaboram acordos e fazem recursos, inclusive para os Tribunais Superiores, em Brasília, atuando nas áreas de família, feitos contra o poder público, tributário, criança e adolescente e área cível em geral.

[Leia na íntegra e acesse o relatório](#)

ACP da Defensoria pleiteia a implementação em Uberlândia de 'Residência Inclusiva' prevista no Sistema Único de Assistência Social

A 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da comarca de Uberlândia acolheu o pedido de tutela de urgência em favor de um indivíduo que demonstrou, com sua necessidade, a ausência de uma política pública de Residências Inclusivas que beneficiará a coletividade de pessoas em situações semelhantes no município.

A ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) visa garantir às pessoas sem moradia e sem acolhimento de familiares, que necessitem de cuidados terapêuticos, o direito ao serviço de institucionalização denominado em lei de Residência Inclusiva, uma unidade que oferta o Serviço de Acolhimento Institucional, no âmbito da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No caso da ACP em questão, o pedido de tutela de urgência deu-se devido à necessidade de apoio ao assistido M.A.S., detento em Uberlândia que recebeu o direito

de cumprir sua pena em domicílio. O assistido adquiriu a condição de deficiência em julho de 2021, devido a sequelas neurológicas severas, necessitando de de auxílio em todas as suas necessidades básicas.

A ação foi ajuizada após tentativas administrativas, buscando evitar que M.A.S. ficasse em situação de rua, devido à sua condição e a ausência de endereço ou familiares em condições de acolhê-lo. A demanda visa determinar ao Estado e ao Município de Uberlândia o fornecimento do serviço de Residências Inclusivas previsto no SUAS e que ainda não foi implementado em Uberlândia.

A ACP também requer tutela de urgência em favor dos jovens e adultos com deficiência que não dispõem de condições de autossustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência.

[Leia na íntegra](#)

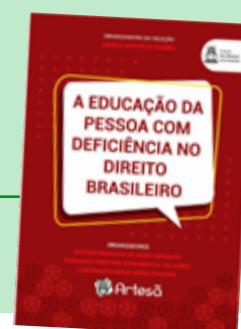
PUBLICAÇÃO

Defensora e defensores públicos de Minas Gerais lançam livro sobre educação da pessoa com deficiência

A Editora Artesã lançou o livro "A educação da pessoa com deficiência no Direito Brasileiro". Dividem a organização da obra a defensora pública Fernanda Milagres, os defensores públicos Estevão Carvalho e Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, e a psicopedagoga e conselheira Nacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), Ângela Mathylde.

A publicação traz assuntos importantes que permeiam o trato diário com a educação da pessoa com deficiência.

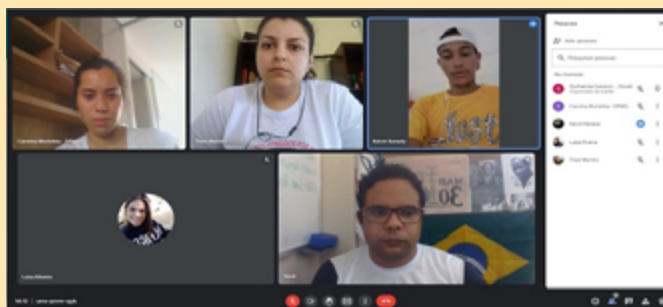
[Acesse aqui o link da editora](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG solicita informações sobre providências após enchentes em Caratinga

Em continuidade às ações de enfrentamento às consequências das fortes chuvas que atingiram Minas Gerais nos últimos dias, o Núcleo Estratégico para Proteção aos Vulneráveis em Situações de Crise da DPMG solicitou informações relativas à Ilha do Rio Doce, que integra o Distrito de Cordeiro de Minas pertencente ao município de Caratinga, na região do Vale do Aço.



No dia 13 de janeiro, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) realizou atendimento às pessoas da comunidade da Ilha do Rio Doce, fazendo a escuta dos moradores por videoconferência. A comunidade apontou dificuldade de ser visibilizada e atendida em suas necessidades. Também relatou que as enchentes causam maior temor em decorrência da presença de rejeitos oriundos do rompimento da barragem da mina de Fundão, em Mariana, existindo ainda depósito de rejeitos na calha do Rio Doce.

Em ofício enviado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Caratinga no dia 14/1, a DPMG solicita informações, entre outras, sobre as medidas adotadas para desobstrução e limpeza das vias e para a reconstrução da infraestrutura local.

[Leia a matéria na íntegra](#)

CASO SAMARCO

Instituições de Justiça pedem que Fundação Renova avalie efeitos causados por cheias do Rio Doce

Objetivo é verificar se novos locais estão sendo atingidos por rejeitos presentes na calha do rio, com decorrente ampliação da área do desastre causado pelo rompimento da barragem de Fundão

As Instituições de Justiça que atuam no caso Samarco – Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DPES), Defensoria Pública da União (DPU), Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e Ministério Público do Espírito Santo (MPES) – solicitaram à Fundação Renova a realização de estudos em locais atingidos por cheias do Rio Doce neste início de 2022 para verificar se houve aumento da área de afetação do desastre causado pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015.

De acordo com o ofício encaminhado no dia 13/01, sucessivos períodos de alta intensidade pluviométrica na bacia do Rio Doce vêm ocasionando alagamentos, inundações, ressuspensão e deposição de sedimentos e materiais correlatos aos rejeitos de Fundão em áreas que ainda não haviam sido atingidas originariamente pela enxurrada de lama que desceu da barragem na época do desastre. A ampliação da área atingida com os rejeitos teria ocorrido especialmente durante o período chuvoso de 2016 e 2020.

[Leia na íntegra](#)

BRUMADINHO

Defensoria Pública de Minas, Ministério Público estadual e MP federal antecipam pagamento de duas parcelas do Programa de Transferência de Renda

Decisão foi tomada no dia 11/1, em razão das fortes chuvas que atingiram a Bacia do Rio Paraopeba e afetaram milhares de pessoas na região

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPMG) deliberaram pelo adiantamento excepcional do valor correspondente a duas parcelas do Programa de Transferência de Renda (PTR), nos moldes e valores atualmente pagos, para que receptores do referido programa possam fazer frente às despesas imprevistas e excepcionais decorrentes das inundações causadas pela forte chuva que atingiu o Estado de Minas

Gerais, notadamente na região da Bacia do Rio Paraopeba, causando deslizamentos e enchentes que afetaram milhares de pessoas.

Haverá pagamento equivalente à antecipação do valor de duas parcelas para aqueles que são receptores do Programa. Houve formalização por meio de um ofício encaminhado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pelo PTR, na qual foram pedidas as devidas providências para a efetivação do pagamento.

AÇÕES EM DESTAQUE

Justiça acolhe pedido da DPMG e suspende demolição das casas do Beco dos Fagundes, em Betim

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) obteve importante decisão que determinou a suspensão da desocupação dos moradores do Beco do Fagundes, em Betim. Na primeira semana de janeiro foi travada uma verdadeira disputa judicial em torno da permanência de aproximadamente 50 famílias na região do bairro Jardim Teresópolis.

O Município de Betim propôs a desocupação judicial do local, com pedido liminar para desocupar e demolir as moradias. Diante da negativa por parte do juízo local, interpôs Agravo de Instrumento durante o plantão forense e obteve a suspensão da decisão primeira, que impedia a desocupação.

Diante dessa decisão, que autorizava a remoção

forçada das famílias, a Defensoria Pública de Segunda Instância e Tribunais Superiores Cível – Direito Público apresentou Agravo Interno e, na sequência, Embargos de Declaração, com o objetivo de restabelecer a decisão que garantia a permanência dos moradores no local. A Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais, da DPMG, também atuou no feito, apresentando Agravo de Instrumento, com pedido de suspensão da decisão.

A desocupação foi suspensa e o caso será objeto de conciliação para que os envolvidos possam formular um acordo que seja adequado aos interesses em questão.

[Leia na íntegra para acessar a petição e a decisão do desembargador relator.](#)

EDUCAÇÃO

Defensoria de Minas lança vídeos educativos sobre crimes ligados à pedofilia na internet e no combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes

Iniciativa da defensora pública Darcilene da Consolação Neves Pereira, em atuação na área de Família e dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes – Cível, em Barbacena, acende alerta sobre as questões

Com o objetivo de alertar e criar um diálogo dentro das famílias, para que crianças e adolescentes sejam protegidas do abuso e da exploração sexual e de qualquer crime ligado à pedofilia, a Defensoria Pública de Minas Gerais lançou um vídeo de cunho educativo sobre a questão.

A defensora pública Darcilene da Consolação Neves Pereira alerta para o fato de que a internet é uma terra sem limites, um mundo desconhecido, onde abusadores criam e utilizam perfis falsos para facilitar o contato, conquistar a confiança e atrair crianças e adolescentes para fins libidinosos em uma relação de abuso.

De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, exposição de crianças e adolescentes na internet estão entre os cinco tipos de violações mais denunciadas no Disque 100. O levantamento sobre esse tipo de violência inclui casos de crimes ligados à pedofilia, *cyberbullying* e pornografia infantil.

[Leia na íntegra e acesse o vídeo.](#)

Combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes

Por meio de um vídeo educativo feito para alertar e incentivar o combate à violência doméstica infantil, a Defensoria Pública de Minas Gerais lança uma questão a ser observada por toda a sociedade: “Sabe o que acon-

tece quando você denuncia a violência doméstica contra crianças e adolescentes? Você salva vidas”.

Segundo dados da Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância (Sipani), em média, 18 mil crianças sofrem com a violência doméstica por dia no país. De acordo com dados do Disque 100, 81% dos casos de violência contra crianças e adolescentes no primeiro semestre de 2021, ocorreram dentro da casa da vítima, o equivalente a 40.822 denúncias realizadas durante o período.

“O intuito do vídeo é acender um alerta para essa triste realidade, além de esclarecer à sociedade sobre como denunciar. ‘Não silencie. Denuncie’ é o que sempre diremos”, ressalta a defensora pública Darcilene Pereira.

[Leia a matéria na íntegra e acesse o vídeo](#)



DEU NA MÍDIA

Vídeo educativo quer prevenir exposição e assédio a crianças na internet

CNJ

[LEIA AQUI + DESTAQUES NA MÍDIA](#)

ESCOLA SUPERIOR

Escola Superior da DPMG fecha 2021 com quase 20 mil pessoas capacitadas

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) encerrou o ano de 2021 com quase 20 mil pessoas capacitadas. Balanço divulgado na terça-feira (18/1) aponta 19.905 capacitados. Em todo o ano foram realizados 88 eventos, entre cursos e demais modalidades de capacitação, como palestras, seminários e *lives*.

Estágio e Serviço Voluntário – Também a Coordenadoria de Estágio e Serviço Voluntário (Cesv), da DPMG, divulgou o balanço das atividades de 2021. No período foram contratados 844 estagiárias e estagiários remunerados. O número de voluntários e obrigatórios totalizou 393. Durante o ano foram lançados 122 editais, 573 convocações e um total de 1.318 convocações.

ESDEP INFORMA

Chamada de artigos para nova edição da Revista da Defensoria de São Paulo

A Escola Superior da Defensoria Pública de São Paulo (Edepe) informa a chamada de artigos para publicação na nova edição da *Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*. O tema da edição será “Balanço das ações afirmativas nas universidades e instituições públicas nos últimos dez anos: avanços e desafios”.

Os artigos deverão ser enviados até o 5 de abril por meio do site da Revista, posterior à criação do cadastro.

[Acesse aqui mais informações e cadastro](#)

CAPACITAÇÃO

Núcleo Psicossocial da DPMG realiza treinamento relacionado à saúde mental

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, por meio do Núcleo Psicossocial, realizou na manhã do dia 14/01 o treinamento “Saúde Mental e Abordagem Central a Pessoa (ACP)”, direcionado para a equipe do Núcleo. As palestras foram ministradas pelas estagiárias Aline Anne e Ana Luiza, abordando assuntos relacionados à capacitação permanente da equipe do Psicossocial.

“Nós buscamos uma abordagem que falasse com um teor multiprofissional no sentido de atingir a prática do setor, porque muitos casos de saúde mental chegam para nós e precisamos nos capacitar sempre”, relatou Aline.

“Explicamos um pouco sobre a abordagem pessoal. Depois, trouxemos alguns pontos, conceitos chaves e

como aplicar isso na saúde mental, nos atendimentos”, complementou Ana.

A coordenadora do Núcleo Psicossocial, Luciana Raquel Azevedo Gama, explicou o objetivo do treinamento. “A palestra de hoje tem a ver com uma iniciativa que eu percebi de que a equipe precisava ter um momento para compartilhar as dificuldades e os nossos desafios nos atendimentos”. Ainda segundo a coordenadora, a equipe precisa a todo momento aprimorar e desenvolver o olhar humanitário, “aprimorar, desenvolver cada vez mais o nosso olhar, a nossa escuta. A forma de lidar com o outro, de acolher e sempre com o viés de prestar um serviço de forma muito humanizada e com qualidade”.

Fotos: Claudinei Souza/DPMG



Estagiárias Aline Anne e Ana Luiza (foto da esq.) e a coordenadora do Núcleo Psicossocial, Luciana Raquel Azevedo Gama (foto da dir.)

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Produção e diagramação: Ascom/DPMG



@defensoriamineira



c/defensoriamineira



@defensoriamg



www.defensoria.mg.def.br